

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-06-07

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Dias, P. J. V. L. (2017). O efeito da auditoria nas correções fiscais: evidência empírica de empresas privadas portuguesas. In Reis L.P., Rocha A., Alturas B., Costa C., Cota M.P. (Ed.), 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI 2017. Lisboa: IEEE.

Further information on publisher's website:

10.23919/CISTI.2017.7976064

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Dias, P. J. V. L. (2017). O efeito da auditoria nas correções fiscais: evidência empírica de empresas privadas portuguesas. In Reis L.P., Rocha A., Alturas B., Costa C., Cota M.P. (Ed.), 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI 2017. Lisboa: IEEE., which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.23919/CISTI.2017.7976064>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

O efeito da auditoria nas correções fiscais

Evidência empírica de empresas privadas portuguesas

The effect of auditing on tax corrections

Empirical evidence of Portuguese private companies

Paulo Jorge Varela Lopes Dias

Professor auxiliar, Escola de Gestão, Departamento de
Contabilidade,

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Business
Research Unit (BRU-IUL),

Avenida Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

paulo.dias@iscte.pt

Resumo — O principal objetivo deste trabalho de investigação consiste em verificar em que medida a auditoria às contas financeiras individuais das empresas nacionais não cotadas está associada com o nível de *Book-Tax Differences*, apurado pela diferença entre o valor contabilístico reportado e as correspondentes declarações fiscais. O estudo empírico teve por base 236.950 observações de 2010 a 2013 obtidas da base de dados Bureau van Dijk's Amadeus. Os resultados obtidos permitem concluir que as empresas cujas contas são auditadas apresentam maiores diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, com particular destaque para aquelas que são auditadas por umas das denominadas Big 4 (EY, PwC, Deloitte e KPMG).

Palavras Chave - Resultado Fiscal, Resultado Contabilístico, Auditoria, Empresas portuguesas, Empresas não cotadas.

Abstract — The main goal of this research is to check how the audit of the individual financial accounts of unlisted national companies is associated with the level of *Book-Tax Differences*, calculated by the difference between the reported book value and the corresponding tax returns. The empirical study was based on 236,950 observations from 2010 to 2013. The accounting data were taken from the data base Bureau van Dijk's Amadeus. The results obtained allow us to conclude that the companies whose accounts are audited show greater differences between the accounting result and the tax result, particularly those that are audited by one of the four largest professional services networks in the world (EY, PwC, Deloitte and KPMG).

Keywords - Taxable Income, Accounting Income, Book-Tax Differences, Audit, Portuguese Companies, Unlisted Companies.

I. INTRODUÇÃO

Apesar de reconhecida a indispensabilidade das normas contabilísticas para o apuramento do imposto, as relações entre a fiscalidade e a contabilidade são historicamente caracterizadas por inúmeras controvérsias, uma vez que prosseguem objetivos distintos ainda que muitas vezes concordantes ou complementares. A procura da demonstração da real situação económica e financeira da empresa, seguida pela contabilidade e garantida pela auditoria, pode não corresponder à necessidade fiscal do Governo na obtenção de recursos financeiros que permitam a concretização das suas políticas. Esta separação de objetivos poderá, em alguns casos, conduzir à coexistência de

duas contabilidades nas empresas, uma de âmbito estritamente financeiro e outra com propósitos meramente fiscais.

Neste contexto convém referir que a opção tomada pelo legislador fiscal consiste numa solução integradora onde são incorporadas no resultado contabilístico diversas correções para efeitos exclusivamente fiscais, afastando assim os cenários extremos de uma separação total ou de uma identificação absoluta entre a contabilidade e a fiscalidade. A não-aceitação de certo tipo de despesas ou o reconhecimento como rendimento de factos não registados contabilisticamente, entre outro tipo de correções fiscais não refletidas na contabilidade, são alguns desses exemplos.

A literatura existente tende a desvalorizar as motivações fiscais quando aborda os incentivos à gestão dos resultados. Este facto deve-se fundamentalmente ao tipo de empresas tratadas na generalidade desses artigos, nos quais se dá particular destaque às grandes empresas cotadas em bolsa, principalmente americanas, auditadas por prestigiadas empresas de auditoria e onde é mais fácil demonstrar a teoria da agência de [26]. Em países como Portugal, cujo tecido empresarial é composto fundamentalmente por pequenas e médias empresas, é comum que a figura do gestor da empresa se confunda com a do seu proprietário. Este facto poderá contribuir para que este dedique uma maior atenção aos encargos fiscais que a empresa tem de suportar, levando os gestores a atuar no sentido de os tentar reduzir [15]. Para muitas empresas, a contabilidade financeira era essencialmente vista como veículo de determinação do lucro tributável, servindo o normativo fiscal de justificação para a mensuração das despesas e sua evidenciação nas demonstrações financeiras, conduzindo assim a diferenças pouco significativas entre o resultado contabilístico e o fiscal.

Mais recentemente, e devido à implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), esta união tornou-se menos evidente e a sua separação aparenta ser mais efetiva. É precisamente aqui que o papel do auditor assume primordial importância, uma vez que a sua função está fundamentalmente focada em garantir o cumprimento do normativo contabilístico, mesmo que daí resultem significativas diferenças para o resultado fiscal. É assim expectável que as empresas auditadas apresentem maiores diferenças entre o resultado contabilístico e

o fiscal, denominadas *Book-Tax Differences* (BTD) do que as não auditadas.

O principal objetivo deste trabalho de investigação consiste assim em verificar em que medida a auditoria às contas financeiras individuais das empresas portuguesas não cotadas está associada com o seu nível de BTD. Para o efeito utilizou-se uma amostra de empresas com informação disponível entre 2010 a 2013, com a qual se conclui sobre a influência da auditoria nas BTD em especial nas contas auditadas por uma das Big4.

Após o presente capítulo, referente à introdução, seguir-se-á a uma breve revisão da literatura, a apresentação da metodologia utilizadas, dos resultados alcançados e das respetivas conclusões. O estudo encerra com a identificação das referências bibliográficas utilizadas.

II. REVISÃO DA LITERATURA

A. *Book-Tax Differences*

A investigação internacional sobre esta matéria não é consensual quanto aos benefícios para a qualidade da informação da existência de um sistema de reporte único que sirva de igual modo a contabilidade e a fiscalidade [20]. Se por um lado o reporte único poderia restringir o comportamento oportunista por parte dos gestores para melhorar a imagem percebida sobre as contas da empresa [13] [39] [49] [11] e conduzir a uma significativa redução de custos a suportar pelas empresas com o reporte das suas demonstrações financeiras e fiscais [12], por outro a diminuição da base de informações necessária aos mercados financeiros poderia acarretar custos substanciais para a obter [23] [20] [22] entre outras desvantagens enfatizadas por outros autores [20] [19] [10] [40], os quais conseguiram demonstrar que as modificações na base tributária impostas pelas normas contabilísticas não afetam significativamente a carga fiscal das empresas.

No caso português, e afastados os cenários de total separação ou de identificação absoluta entre a contabilidade e a fiscalidade, a solução adotada tem sido a manutenção de um modelo de dependência parcial “[...] *que, no essencial, consiste em fazer reportar, na origem, o lucro tributável ao resultado contabilístico ao qual se introduzem, extracontabilisticamente, as correções fiscais [...]*” conforme se refere no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

Deste modo é estreita a ligação entre ambas, com a fiscalidade a respeitar a vertente contabilística dos resultados, impondo no entanto, e em determinadas matérias, regras próprias e limites de mensuração diferentes para a determinação do resultado fiscal ou o seu simples reconhecimento no tempo, originando assim valores distintos para os resultados da empresa para efeitos de tributação.

A opção tomada consiste numa solução integradora onde é incorporado no resultado contabilístico diversas correções gerais sobre a sua determinação para efeitos exclusivamente fiscais, afastando assim os cenários extremos de uma separação total ou de uma identificação absoluta entre a contabilidade e a fiscalidade. A não-aceitação de certo tipo de despesas ou o reconhecimento como rendimento de factos não registados contabilisticamente, entre outro tipo de correções fiscais não

refletidas na contabilidade, são alguns dos exemplos aqui enquadráveis.

Assim, as diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal poderão ser originadas não só por diferenças permanentes e irreversíveis como por diferenças temporárias ou diferidas. As primeiras resultam do não reconhecimento fiscal definitivo de rendimentos ou gastos registados contabilisticamente e são muitas vezes alvo de estudos que as relacionam com fatores como a agressividade e a competitividade fiscal das empresas [18] [50] [10] [37] [48]. As diferenças temporárias entre a contabilidade e a fiscalidade implicam que o efeito da divergência se possa reverter no futuro, pelo que as BTD temporárias serão, então, resultantes da aplicação dos critérios de mensuração ou reconhecimento diferido dos rendimentos ou dos gastos.

Deste modo, todos os itens definitiva e exclusivamente incluídos no resultado contabilístico ou no resultado fiscal constituem as denominadas diferenças permanentes [18] [41] [22], das quais são um exemplo frequente as despesas não dedutíveis que a contabilidade considerou como uma componente negativa do resultado e que posteriormente serão alvo de uma correção fiscal para efeitos de determinação do lucro tributável e que não será passível de reversão futura, como por exemplo o pagamento de multas ou demais encargos com a prática de infrações.

Os exemplos mais comuns de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal são os que advêm das perdas por imparidade, do justo valor ou da simples utilização de valores de depreciação superiores ao previsto pelo normativo fiscal que, não obstante, serão passíveis de reconhecimento futuro, tal como referido anteriormente.

Conscientes destas diferentes definições, alguns autores, em função do objetivo do seu estudo ou das características das empresas tratadas, têm optado pela utilização do valor total das BTD como variável de estudo [47] [21].

B. *Qualidade da Auditoria*

São inúmeros os estudos existentes que demonstraram que a qualidade dos auditores pode condicionar e restringir a gestão dos resultados (por exemplo, [1] [42] [5] [8] [17] [28]). Deste modo, é expectável que auditores de alta qualidade possam realizar trabalhos de auditoria mais rigorosos que minimizem o risco de falha da auditoria, levem a maiores correções nas demonstrações financeiras e uma menor exposição a litígios ou inconformidades.

Entre as diversas formas de medir a qualidade da auditoria defendidas pela literatura, optou-se pela dimensão do auditor [2] [7] [16], a qual é vulgarmente mensurada com recurso à variável dicotómica Big4 que assume valor 1 quando as contas são auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG e valor 0 quando o não são.

III. METODOLOGIA

A. Amostra

A amostra recolhida e que serve de base a este estudo inclui todas as empresas portuguesas com informação disponível nos anos de 2010 a 2013, obtidas na base de dados Bureau van Dijk's Amadeus. A escolha deste período justifica-se pela alteração do normativo contabilístico verificado em 2010, evitando assim os potenciais efeitos de adaptação no ano de transição. Pelas suas características excluam-se as empresas financeiras e as pertencentes à Administração Pública. Para cada uma das variáveis utilizadas no modelo foram eliminadas as empresas que apresentavam valores extremos, os quais foram identificados por se situarem fora do intervalo definido pela média mais/menos 3 vezes o desvio padrão. Chegou-se assim a um universo final de 236.950 observações.

B. Hipóteses de Investigação

Alguns autores têm obtido evidências de que as atividades de gestão ou evasão fiscal afetam as demonstrações financeiras das empresas uma vez que a justa representação das despesas fiscalmente aceites e dos correspondentes acréscimos de impostos distorce a visão verdadeira e apropriada das contas da empresa [35] [14] [6]. Assim, as empresas que adotam uma gestão de lucros motivada por um menor pagamento de impostos, subestimando as receitas ou exagerando as despesas, acabam por reportar uma informação financeira de menor qualidade. Uma vez que a fiscalidade é, por norma, menos permissiva a práticas de gestão de resultados do que a contabilidade, é natural que esta atuação ocorra fundamentalmente ao nível contabilístico, apresentando assim menores níveis de BTB. Torna-se assim fundamental para os auditores entender tanto as normas de relato financeiro como a legislação fiscal relacionada com as estratégias dos seus clientes ao nível do seu planeamento fiscal, servindo assim de agentes controladores deste tipo de políticas.

Para além disso, caso a estratégia fiscal adotada por um cliente seja tão agressiva que possa desencadear uma inspeção tributária e dela venham a resultar obrigações fiscais adicionais, nomeadamente pelo pagamento de multas e outras penalizações pela prática de infrações tributárias, então os auditores devem exigir que o cliente reconheça uma provisão para encargos fiscais para o compensar, ainda que este não seja passível de dedução em sede de imposto conduzindo por isso a uma BTB mais elevada.

Estes argumentos conduzem à formulação da seguinte hipótese de investigação:

H1: Existe uma relação positiva entre a auditoria às contas e o nível de BTB

Paralelamente, os auditores de alta qualidade não gostam de se ver envolvidos em processos deste género, uma vez que podem vir a ser responsabilizados e acusados de comportamento negligente, afetando significativamente a sua reputação, o que os leva a procurar reduzir a probabilidade de incumprimento fiscal dos seus clientes e a tentar dissuadi-los na adoção de

políticas fiscais agressivas [36] [30]. É então formulada a seguinte hipótese de investigação:

H2: Existe uma relação mais positiva entre a auditoria às contas efetuada por uma das Big4 e o nível de BTB

C. Desenho da Investigação

As hipóteses de investigação apresentadas centram-se no estudo da relação entre a auditoria às contas financeiras individuais das empresas portuguesas não cotadas e as diferenças entre o resultado contabilístico e o lucro tributável/prejuízo fiscal, usualmente denominadas por *Book-Tax Differences*. Com este objetivo recorreu-se à regressão linear resultante da equação (1):

$$BTB_{i,t} = \alpha_0 + \beta_1 Audit_{i,t} + \sum \beta_m CONTROL_{i,t}^m + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

A descrição e mensuração das variáveis da equação (1) são apresentadas na Tabela I tendo-se considerado o *Size*, o *Profitability* e o *Growth* como variáveis de controlo.

TABLE I. DESCRIÇÃO E MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Variáveis	Descrição e Mensuração
BTB	<i>Book-Tax Differences</i> em valores absolutos deflacionadas pelo total do ativo
Audit	Variável <i>Dummy</i> que assume valor 1 quando as contas são auditadas
Size	Logaritmo natural do total do ativo
Profitability	Rácio entre o resultado líquido do exercício e o total do ativo
Growth	Varição percentual do total do ativo

Tal como referido, as BTB pode ser originadas tanto por diferenças permanentes, resultantes do não reconhecimento irreversível de rendimentos ou gastos registados contabilisticamente ao nível fiscal, como por diferenças temporárias, originadas pelo simples diferimento no tempo desse reconhecimento. No entanto, e tendo em consideração as características das empresas incluídas na amostra, optou-se por utilizar o valor total das BTB resultante da diferença entre o resultado antes de impostos e a divisão entre o total dos impostos pela taxa nominal correspondente, tal como apresentado anteriormente por diversos autores [47] [21].

Quanto às variáveis de controlo, são vários os estudos que fornecem evidências de que algumas características operacionais das empresas estão associadas à qualidade dos resultados [46] [44] [32] [29] [27] [33] [2] [24]. A inclusão da dimensão da empresa (*Size*) resulta da evidência demonstrada por diversos estudos sobre a sua relação com a qualidade da informação financeira, ainda que as conclusões sobre o sentido da mesma sejam muitas vezes contraditórios [4] [3] [9] [24]. O facto de alguns autores, incluindo no caso das empresas portuguesas [34], terem documentado a existência de uma forte distorção na distribuição dos resultados em torno do zero, tendo evidenciado a presença de um número reduzido de empresas com pequenos prejuízos e, por outro lado, um número estatisticamente elevado de empresas com lucros pequenos, justificando assim a inclusão da variável rentabilidade (*Profitability*) no modelo. Relativamente ao crescimento das

empresas (Growth) são diversos os autores que têm procurado estudar a sua relação com a qualidade dos resultados reportados, tendo [43] evidenciado que as empresas com maior crescimento apresentam maior propensão para a utilização de práticas de gestão dos resultados do que as restantes empresas.

De acordo com a literatura, a qualidade da auditoria pode ser medida pela dimensão do auditor pelo que, e para poder testar a segunda hipótese de investigação recorreu-se à variável dicotómica Big4 a qual assume valor 1 quando as empresas são auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG e valor 0 quando não são [45] [38] [31] [2] [7]. Com esse intuito, substitui-se a variável Audit incluída na equação (1) por esta nova variável, dando assim lugar a uma nova equação (2):

$$BTD_{i,t} = \alpha_0 + \beta_1 Big4_{i,t} + \sum \beta_m CONTROL_{i,t}^m + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

IV. RESULTADOS

De acordo com a Tabela II, onde se apresenta a média e o desvio padrão de cada uma das variáveis incluídas no modelo, bem como a variável dependente BTB, a média das diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal sobre o valor do ativo é de 0,045. A média da dimensão das empresas da amostra, medida pelo logaritmo natural do total do ativo, é de 6,208. Observa-se também que a média da rentabilidade e do crescimento do ativo foram de 2,1% e 2,4% respetivamente.

Finalmente, e ainda de acordo com a Tabela II, constata-se que apenas 13,2% das empresas incluídas nesta amostra tiveram as suas contas auditadas, sendo que apenas 2,2% o foram por uma das denominadas Big4.

TABLE II. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>N</i>
BTD	0,045	0,070	236.950
Audit	0,132	0,338	236.950
Big4	0,022	0,147	236.950
Size	6,208	1,521	236.950
Profitability	0,021	0,100	236.950
Growth	0,024	0,218	236.950

A primeira regressão permite concluir sobre a relação entre as contas auditadas e o nível de BTB, tendo-se utilizado o método de estimação dos mínimos quadrados ordinários na estimação dos respetivos parâmetros. É expectável que o sinal do coeficiente da variável dicotómica Audit seja positivo, permitindo assim validar a hipótese 1.

Na Tabela III apresentam-se os resultados da estimação do modelo de regressão (equação (1)), onde se relaciona o nível de BTB com o facto das contas financeiras das empresas serem ou não auditadas, a sua dimensão, a rentabilidade e a taxa de crescimento do ativo.

TABLE III. A RELAÇÃO ENTRE AS CONTAS AUDITADAS E O NÍVEL DE BTB

Variáveis independentes	<i>Sinal</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Teste T</i>
Constante		0,147***	(245,49)
Audit	+	0,029***	(64,65)
Size		-0,016***	(-162,21)
Profitability		-0,311***	(-240,11)
Growth		0,030***	(51,26)
Adj. R ²		0,262	
Durbin-Watson		0,969	

*** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0.01.

Estes resultados evidenciam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis BTB e Audit, levando a concluir que, em média, as empresas auditadas estão associadas a maiores diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal. Esta relação é estatisticamente significativa e está em conformidade com a primeira hipótese de investigação. Não foram detetados problemas de multicolinearidade entre todas as variáveis explicativas incluídas no modelo uma vez que o valor de VIF (*Variance Inflation Factor*) é sempre inferior a 2.

Quanto à dimensão e à rentabilidade da empresa verifica-se que têm uma influência negativa no nível de BTB, concluindo-se assim que, em média, as empresas de maior dimensão e com uma melhor rentabilidade tendem a apresentar menores diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal.

Finalmente, analisado a taxa de crescimento do ativo, conclui-se que esta também evidencia uma relação positiva e estatisticamente significativa com o nível de BTB, levando a concluir que, em média, empresas com maiores taxas de crescimento do ativo estão associadas a maiores BTB.

No pressuposto de que a qualidade da auditoria, aqui medida pela variável dicotómica Big4 que assume valor 1 quando as empresas são auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG e valor 0 quando não são, poderá acentuar a relação anteriormente evidenciada, procedeu-se à estimação do modelo de regressão (equação (2)), cujos resultados são apresentados na Tabela IV e de modo a validar a hipótese 2.

TABLE IV. A RELAÇÃO ENTRE AS CONTAS AUDITADAS POR UMA DAS BIG4 E O NÍVEL DE BTB

Variáveis independentes	<i>Sinal</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Teste T</i>
Constante		0,135***	(249,72)
Big4	+	0,050***	(53,76)
Size		-0,014***	(-161,04)
Profitability		-0,313***	(-240,94)
Growth		0,030***	(50,42)
Adj. R ²		0,258	
Durbin-Watson		0,966	

*** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0.01.

Os resultados evidenciam que a relação verificada na primeira regressão entre o nível de BTD e as contas auditadas é ainda mais acentuada quando a auditoria é realizada por uma das BIG4, pelo que se conclui que, em média, estas empresas estão associadas a maiores níveis de BTD que as restantes empresas, auditadas ou não. Também aqui não foram detetados problemas de multicolinearidade entre todas as variáveis explicativas incluídas no modelo uma vez que o valor de VIF (*Variance Inflation Factor*) esteve sempre próximo de 1.

Em todas as demais variáveis as conclusões mantiveram-se similares, uma vez que as alterações verificadas ao nível dos seus coeficientes foram ligeiras e em nada alteram as afirmações anteriormente expressas.

V. CONCLUSÕES

Neste estudo analisa-se a relação entre a auditoria às contas financeiras individuais das empresas nacionais não cotadas e o nível de *Book-Tax Differences*, apurado pela diferença entre o valor contabilístico reportado e as correspondentes declarações fiscais, bem como se a qualidade do auditor influencia esta relação.

Confirma-se que as empresas auditadas estão associadas a maiores níveis de BTD, em especial nas contas auditadas por uma das Big4 e em concordância com a literatura recente sobre esta matéria [25].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- [1] Badertscher, B., J. Phillips, M. Pincus, & S. O. Rego. (2009). Earnings management strategies and the trade-off between tax benefits and detection risk: To conform or not to conform? *The Accounting Review* 84: 63–98.
- [2] Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1), 1-24.
- [3] Burgstahler, D. C., & Eames, M. J. (2003). Earnings Management to Avoid Losses and Earnings Decreases: Are Analysts Fooled?. *Contemporary Accounting Research*, 20(2), 253-294.
- [4] Burgstahler, D., Dichev, I. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of Accounting and Economics* 24(1), 99–126
- [5] Chen, H., J. Z. Chen, G. Lobo, & Y. Wang. (2011). Effects of audit quality on earnings management and cost of equity capital: Evidence from China. *Contemporary Accounting Research* 28 (3): 892–925.
- [6] Christensen, B. E., A. J. Olson, & T. C. Omer. (2015). The role of audit firm expertise and knowledge spillover in mitigating earnings management through the tax accounts. *The Journal of the American Taxation Association* 37 (1): 3–36.
- [7] DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199.
- [8] DeFond, M. L., & J. Jiambalvo. (1993). Factors related to auditor-client disagreements over income increasing accounting methods. *Contemporary Accounting Research* 9: 415–431.
- [9] DeGeorge, F., Patel, J., & Zeckhauser, R. (1999). Earnings management to exceed thresholds. *The Journal of Business*, 72(1), 1-33.
- [10] Desai, M. A. (2003). The divergence between book income and tax income. In *Tax Policy and the Economy*, Volume 17 (169-208). MIT press.
- [11] Desai, M. A. (2005). The degradation of reported corporate profits. *Journal of Economic Perspectives*, 19(4), 171-192.
- [12] Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145-179.
- [13] Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2009). Earnings management, corporate tax shelters, and book-tax alignment. *National Tax Journal*, 62(2), 169-186.
- [14] Dhaliwal, D., C. Gleason, & L. Mills. (2004). Last-chance earnings management: Using the tax expense to meet analysts' forecasts. *Contemporary Accounting Research* 21: 431–459.
- [15] Eilifsen, A., Knivsfla IV, K. H., & Sættem, F. (1999). Earnings manipulation: cost of capital versus tax. *European Accounting Review*, 8(3), 481-491.
- [16] Francis, J. R., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The pricing of national and city-specific reputations for industry expertise in the US audit market. *The accounting review*, 80(1), 113-136.
- [17] Francis, J., E. J. Maydew, & H. Sparks. (1999). The role of Big 6 auditors in the credible reporting of accruals. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 18: 17–34.
- [18] Frank, M. M., Lynch, L. J., & Rego, S. O. (2009). Tax reporting aggressiveness and its relation to aggressive financial reporting. *The Accounting Review*, 84(2), 467-496.
- [19] Freedman, J. (2004) Aligning taxable profits and accounting profits: accounting standards, legislators and judges, *eJournal of Tax Research*, 2(1), 71–99.
- [20] Hanlon, M. & Shevlin, T. (2005) Book–tax conformity for corporate income: an introduction to the issues, *Tax Policy and the Economy*, 19(1), 101–134.
- [21] Hanlon, M., Krishnan, G. V., & Mills, L. F. (2012). Audit fees and book-tax differences. *Journal of the American Taxation Association*, 34(1), 55-86.
- [22] Hanlon, M., Laplante, S. K., & Shevlin, T. J. (2005). Evidence on the possible information loss of conforming book income and taxable income. *Journal of Law & Economics*, 48(2), 407-442.
- [23] Hanlon, M., Maydew, E. L., & Shevlin, T. (2008). An unintended consequence of book-tax conformity: A loss of earnings informativeness. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2), 294-311.
- [24] Hayn, C. (1995). The information content of losses. *Journal of Accounting and Economics*, 20(2), 125-153.
- [25] Huang, D. F., & Chang, M. L. (2016). Do auditor-provided tax services improve the relation between tax-related internal control and book-tax differences?. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(2), 177-199.
- [26] Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- [27] Jung, W. O. (1989). Strategic choice of inventory accounting methods. *Contemporary Accounting Research*, 6(1), 1-25.
- [28] Kim, J. B., R. Chung, & M. Firth. (2003). Auditor conservatism, asymmetric monitoring, and earnings management. *Contemporary Accounting Research* 20: 323–359.
- [29] Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 33(3), 375-400.
- [30] Klepper, S., M. Mazur, & D. Nagin. (1991). Expert intermediaries and legal compliance: The case of tax preparers. *The Journal of Law & Economics* 34 (April): 205–229.
- [31] Lanis, R. & Richardson, G. (2011). The effect of board of director composition on corporate tax aggressiveness. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30, 50-70.
- [32] Lee, K. W., Lev, B., & Yeo, G. (2007). Organizational structure and earnings management. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 22(2), 293-331.
- [33] Lindahl, F. W. (1989). Dynamic analysis of inventory accounting choice. *Journal of Accounting Research*, 27(2), 201-226.

- [34] Marques, M., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011). Earnings management induced by tax planning: The case of Portuguese private firms. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 20(2), 83-96.
- [35] Maydew, E., & D. Shackelford. (2007). The changing role of auditors in corporate tax planning. In *Taxing Corporate Income in the 21st Century*, edited by Auerbach, J. A., J. R. Hines, Jr., and J. B. Slemrod, 307–337. New York, NY: Cambridge University Press.
- [36] McGill, G. A. (1988). The CPA's Role in Income Tax Compliance: An Empirical Study of Variability in Recommending Aggressive Tax Positions. Ph.D. thesis, Texas Tech University.
- [37] Mills, L. F. (1998). Book-tax differences and Internal Revenue Service adjustments. *Journal of Accounting Research*, 36(2), 343-356.
- [38] Minnick, K. & Noga, T. (2010). Do corporate governance characteristics influence tax management? *Journal of Corporate Finance*, 16, 703-718.
- [39] Nowotny, C. (2008). Taxation, accounting and transparency: The missing trinity of corporate life. In *Tax and Corporate Governance* (101-110). Springer Berlin Heidelberg.
- [40] Porcano, T. M., & Tran, A. V. (1998). Relationship of tax and financial accounting rules in Anglo-Saxon countries. *The International Journal of Accounting*, 33(4), 433-454.
- [41] Poterba, J., Rao, N., & Seidman, J. (2007). Deferred tax positions and incentives for corporate behavior around corporate tax changes. National Bureau of Economic Research. Working paper number 12923.
- [42] Reichelt, K. J., & D. Wang. (2010). National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. *Journal of Accounting Research* 48 (3): 647–686.
- [43] Skinner, D. J., & Sloan, R. G. (2002). Earnings surprises, growth expectations, and stock returns or don't let an earnings torpedo sink your portfolio. *Review of Accounting Studies*, 7(2-3), 289-312.
- [44] Teshima, N., & Shuto, A. (2008). Managerial ownership and earnings management: Theory and empirical evidence from Japan. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 19(2), 107-132.
- [45] Wang, Q., Wong, T. J. & Xia, L. (2008). State ownership, the institutional environment and auditor choice: evidence from China. *Journal of Accounting & Economics*, 46, 112-134
- [46] Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2012). One-book versus two-book system: Learnings from Europe. Working paper available at SSRN 2111517.
- [47] Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2014). Book-Tax Conformity and Earnings Management: Insights from European One-and Two-Book Systems. *The Journal of the American Taxation Association*, 36(2), 55-89.
- [48] Weisbach, D. A. (2001). Ten truths about tax shelters. *Tax Law Review*, 55(2), 215-253.
- [49] Whitaker, C. (2006). How to Build a Bridge: Eliminating the Book-Tax Accounting Gap. *The Tax Lawyer*, 59(4), 981-1020.
- [50] Wilson, R. J. (2009). An examination of corporate tax shelter participants. *The Accounting Review*, 84(3), 969-999.